Jornal do Sintufrj

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Ano XXVI - Nº 1342 | 4 a 10 de outubro de 2021 | www.sintufrj.org.br

O GRITO DAS RUAS

FORA BOLSONARO!

Fotos: Renan Silva / Divulgação

CENTRO do Rio de Janeiro lotado de manifestantes neste sábado de primavera

Reitora pauta Ebserh na Comissão de Desenvolvimento do Consuni

Pagina 2

Cresce debate sobre retorno presencial

Pagina 3

O fantasma da EBSERH volta a assombrar a UFRJ

Relatório de GT vai ser apreciado, inicialmente, pela Comissão de Desenvolvimento do Consuni, antes de chegar ao plenário

Um dos temas mais controversos da agenda interna da UFRJ, a proposta de adesão à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) retornou definitivamente à pauta da universidade.

Na terça-feira, 28 de setembro, a reitora Denise Pires de Carvalho encaminhou à Comissão de Desenvolvimento do Conselho Universitário relatório elaborado por um grupo de trabalho sobre o assunto.

O documento trata dos hospitais universitários administrados pela Ebserh e sobre a situação das unidades de saúde da UFRJ na última década. E conclui pela recomendação de adesão à empresa.

A reitoria informa que o debate sobre o modelo de gestão das unidades hospitalares foi reaberto por solicitação do Complexo Hospitalar (CH) e da Decania do Centro de Ciências da Saúde (CCS).

Desde o início, o Sintufrj apresentou duras críticas e rechaçou a proposta. Se em 2013 a adesão a Ebserh era um equívoco, hoje é um absurdo completo. É abrir mão da autonomia e dar um cheque em branco para um governo inimigo das universidades e do SUS.

Amplos setores da comunidade universitária se posicionam contra a entrada da empresa na universidade. A primeira tentativa de trazer a Ebserh para a UFRJ foi rechaçada. Mas agora, lastreada por alguns apoios, voltou a ser considerada.

A violação da autonomia universitária, o comprometimento da formação acadêmica e a lógica mercantil na área da saúde pública são os pontos de restrição à Ebserh.

O Jornal do Sintufrj tem publicado uma sequência de matérias abordando vários aspectos da questão, relatando, inclusive, experiências negativas da presença da Ebserh em outras instituições.

Agora, o assunto chega ao Conselho Universitário.

Integrantes do GT que recomenda adesão à empresa

Leôncio Feitosa - médico, diretor do Complexo Hospitalar da UFRJ;
Luiz Eurico Nasciutti - professor do Instituto de Ciências Biomédicas e decano do CCS;
Carla Luzia França Araújo - professora e diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery.
Roberto José Leal - professor da Escola de Enfermagem Anna Nery e diretor do Hesfa;
Jacir Luiz Balen - professor e diretor do Instituto de Ginecologia;
Antônio José Leal Costa - professor do IESC, da Faculdade de Medicina e diretor do IESC;
Anaize Borges Henriques - professora adjunta e superintendente acadêmica do CCS;
Amâncio Paulino de Carvalho - professor da Faculdade de Medicina, ex-diretor do HUCFF (1997/2005);
Fernanda Carvalho de Queiroz Mello - professora da Faculdade de Medicina, diretora do IDT;
Marcos Freire - professor da Faculdade de Medicina da UFRJ, diretor-geral do HUCFF;
Bruno Leite Moreira - enfermeiro, diretor do IPPMG

Comissão de Desenvolvimento do Consuni

A Comissão de Desenvolvimento é composta pela professora **Cássia Turci** (decana do CCMN), que é a presidente, pelos professores **Walter Suemitsu** (decano do CT), **Marcelo Corrêa e Castro** (decano do CFCH), **Luiz Eurico Nasciutti** (decano do CCS) e **Flávio Martins** (decano do CCJE), pelo técnico-administrativo **Roberto Gambine** e pela estudante **Juliana Paiva**.

Sintufrj
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ:42126300/0001-61
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
Rio de Janeiro - RJ
Cx Postal 68030 - Cep 21941-598

EXPEDIENTE
Coordenação de Comunicação Sindical: Kátia da Conceição (in memoriam), Marisa Araujo e Paulo César dos S. Marinho / **Conselho Editorial:** Coordenação Geral e Coordenação de Comunicação / **Equipe de Edição:** Ana de Angelis, Bernardo Cotrim e L. Maranhão / **Reportagem**: Ana de Angelis, Eliane Amaral e Regina Rocha / **Social Mídia:** Lucas Azevedo / **Projeto Gráfico:** Jamil Malafaia / **Diagramação**: Luis Fernando Couto, Edilson Soares Martins e Jamil Malafaia / **Fotografia:** Renan Silva / **Revisão:** Roberto Azul / **Tiragem:** 1000 exemplares / *As matérias não assinadas deste jornal são de responsabilidade da Coordenação de Comunicação Sindical* / **Impressão:** 3graf (21) 3860-0100.

FALE COM A REDAÇÃO: comunic@sintufrj.org.br.

Instrução Normativa não tem força de lei

Joana de Angelis, coordenadora do Sintufrj e representante da entidade nos GTs que discutem o retorno presencial na UFRJ, disse que a Instrução Normativa (IN) do governo anunciada nesta sexta-feira, 1 de outubro, determinando o retorno presencial dos servidores federais em 15 de outubro deve ser encarada apenas como orientação. "As INs não têm força de lei", afirmou a dirigente.

De Angelis observou que o retorno às atividades presenciais está sendo discutido na UFRJ dentro dos marcos da autonomia universitária, e que o Sintufrj tem participado dos debates para assegurar que isso ocorra com todas as garantias de segurança e estrutura para que servidores técnicos e docentes, estudantes e terceirizados não sejam prejudicados.

A coordenadora do Sintufrj lembrou que está em curso audiência de conciliação entre a UFRJ e o Ministério Público que têm propostas diferentes sobre o assunto. Joana de Angelis disse que em nenhuma hipótese o retorno às atividades presenciais deve ser feito de forma açodada.

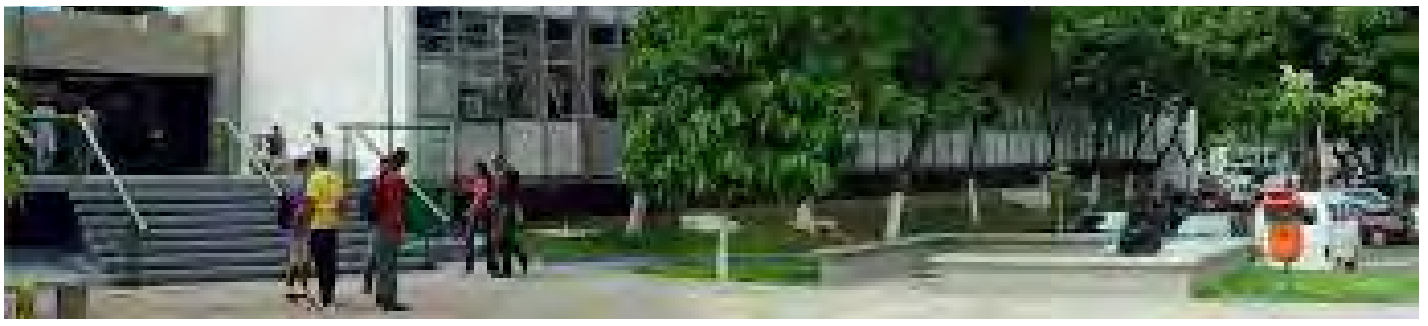
Segundo ela, a universidade deve cobrar recursos para investimentos em estrutura física que assegure condições necessárias segundo as regras de biossegurança discutidas internamente na universidade. Isso é necessário para tranquilidade da comunidade universitária.

Joana de Angelis observou, ainda, que a UFRJ durante todo esse período de pandemia nunca parou, e seus trabalhadores, obedecendo os protocolos sanitários, mantiveram suas atividades. Nos hospitais e laboratórios, os servidores da universidade têm tido papel preponderante curando e salvando vidas.

Governo determina volta

No estilo autoritário que caracteriza esse governo, a IN 90 determinando o retorno dos servidores públicos ao trabalho presencial a partir de 15 de outubro foi publicada na sexta. Pelo documento, permanecerão em home office os funcionários com saúde comprometida ou que estejam em teletrabalho.

Como na UFRJ não aderimos ao teletrabalho do programa de gestão da IN65, temos a expectativa da aprovação pelo Consuni da resolução da regulamentação sobre trabalho externo que está sendo finalizada.



Vice-reitor Frederico Rocha sobre a IN

O que vai acontecer dia 15 de outubro?

Vai ter que iniciar o retorno. Vamos emitir uma nota.

Se não houver tempo para medidas de segurança, como fica?

Se não der tempo, tomaremos providências. Estamos iniciando agora, para voltar gradativamente.

Vai sair uma regulamentação a partir do GT Coronavírus especialmente para esta volta dos servidores. Vamos encomendar máscaras.

Pode haver rodízio?

O rodízio é compatível com a medida (Instrução Normativa nº 90). Se for preciso, podemos fazer. Depende dos espaços e é preciso ter padrões adequados. Vamos fazer a orientação para as unidades acadêmicas e administrativas. Mas quem vai planejar o rodízio são as chefias.

Reitora: "critérios científicos serão levados em conta"

Na medida em que o cenário da pandemia ganha novos contornos, a ansiedade de servidores técnicos e docentes, estudantes e terceirizados da UFRJ leva a busca de respostas mais objetivas sobre o retorno de atividades presenciais.

Na quinta-feira 30, uma reunião com a participação da reitora Denise Pires de Carvalho e o Fórum de Mobilização e Ação Solidária (Formas) mergulhou na pauta do retorno.

O Formas reúne Sintufrj, Adufrj, Attufrj, APG, DCE. Denise elucidou dúvidas e foi taxativa: "Critérios técnico-científicos nos fizeram parar; critérios técnico-científicos nos farão voltar", disse. Ela informou, também, que já estão sendo atualizadas as diretrizes para o retorno das aulas práticas como foi acertado na reunião de "conciliação" com o Ministério Público.

Joana de Angelis relatou a ansiedade que tensiona trabalhadores da categoria. A dirigente insistiu na posição que o Sintufrj vem defendendo: as diretrizes com os cuidados de biossegurança para o retorno gradual e seguro tem que ser comuns para todos.

Tá tudo caro, a culpa é do Bolsonaro

Fotos: Renan Silva / Divulgação

A manifestação no Centro do Rio pelo impeachment de Bolsonaro no sábado, 2 de outubro, reeditou os importantes momentos de protestos na história política do país. Sindicatos, partidos de esquerda e organizações do movimento social levaram às ruas a pauta contra a fome, o desemprego, a inflação e a carestia – além, é claro, da exigência de vacinas e a luta contra a PEC 32 – que desfigura o serviço público. A comunidade universitária marcou presença com a participação do Sintufrj, as demais entidades e a estreia nas manifestações de rua do Comitê da UFRJ da campanha #ForaBolsonaro. Brasil afora, em todas as capitais e Brasília, o repúdio a Bolsonaro foi manifestado.

Na pressão, derrubamos a PEC 32!

Governo quer votar a PEC 32 antes do retorno das atividades presenciais marcado para 18 de outubro dos parlamentares na Câmara e no Senado

A temporada de caça aos votos para aprovar a reforma administrativa, PEC 32/2020, a da destruição dos serviços públicos, da Rachadinha, da Corrupção e do Mercado, está aberta no Congresso Nacional.

Bolsonaro e seus aliados: o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL); o relator da proposta de emenda à Constituição, Arthur Maia (DEM-BA) e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), articulam concessão de emendas do orçamento "secreto" e indicações para cargos públicos, para conquistar os votos de deputados e de senadores "indecisos".

A pretensão do governo é pôr a PEC 32 para votação no plenário da Câmara antes do retorno às atividades presenciais, marcado para 18 de outubro. Mas só farão isso se conquistarem os 308 votos necessários para aprová-la, que hoje não têm.

A mobilização já mudou a posição de muitos parlamentares, inclusive da base governista, e deve agora se voltar contra o toma lá dá cá, para evitar que o governo ganhe terreno. Por isso, a pressão deve aumentar e ser diária.

Na terça-feira, 28 de setembro, o Sintufrj promoveu live sobre o tema. Veja trechos da análise das deputadas federais Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Erika Kokay (PT-DF).

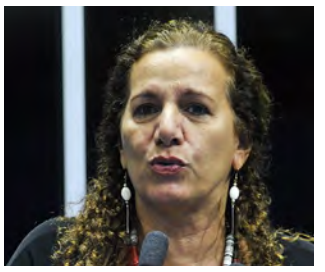
"É uma reforma administrativa que atinge a maioria da população pobre no momento errado e na hora errada. Esse é o projeto Bolsonaro e Guedes de redução ao Estado mínimo do mínimo fazendo uma grande parceria com as grandes empresas, com a ganância sempre do capital financeiro", definiu Jandira Feghali.

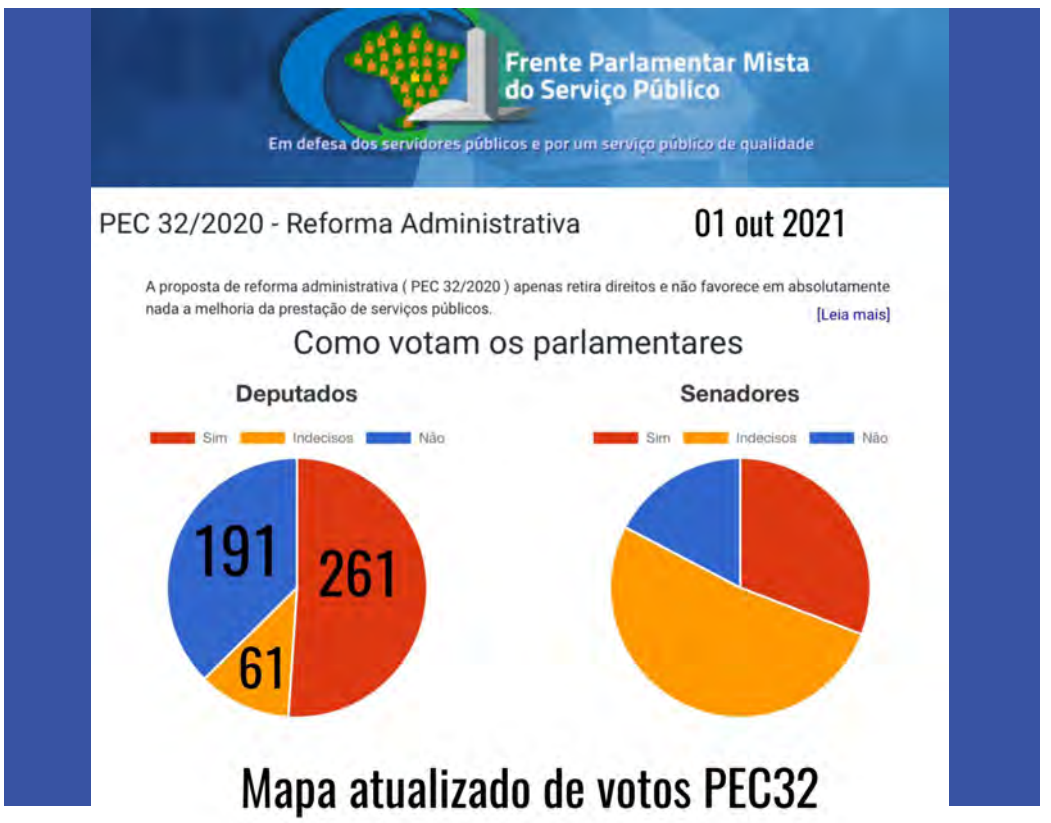
Segundo a deputada, a oposição está numa resistência muito grande no Congresso tentando interferir nos partidos da base do governo, mapeando os parlamentares. Ela orienta para que o movimento dos servidores faça o mesmo com as bancadas de seus estados.

"Tem muitas desinformações, contrainformação, muita fake news sobre o servidor público. As entidades têm condições de pedir o apoio do povo explicando que a PEC 32 vai atingir o SUS, as escolas, as universidades e a segurança públicas. É preciso que o povo entenda que esse não é um problema só do servidor, mas é um problema dele", orienta Jandira."

Mobilização dos servidores aliada à ação firme da oposição no Congresso é possível derrotar Bolsonaro

Erika Kokay.


Jandira Feghali.



Prioridade

"Não podemos dar tempo ao governo de ir comprando votos, pois é com o balcão de negócios que [Bolsonaro] vai tentar buscar uma maioria que não tem hoje. E, com a ação de servidoras e servidores, ele não terá [a maioria necessária para aprovar a reforma administrativa]. Vamos destruir essa PEC 32." Propõe a deputada do PT do Distrito Federal, Erika Kokay.

"Essa proposta sintetiza a intenção do próprio governo de se apropriar do Estado, colocá-lo a serviço da iniciativa privada e a serviço dos governantes", afirma. A PEC 32, diz a parlamentar, expressa o ódio a tudo que é público e àqueles que o representam, que são os servidores, e mantém as perversidades praticadas até agora pelo governo genocida de Bolsonaro.

"Neste momento em que eles buscam impor essa aprovação, é o momento que nós temos que arrancar o compromisso dos parlamentares de que não votarão a favor da PEC 32. Essa resistência das servidoras e servidores e das suas entidades é que possibilitou que nós tivéssemos tantas defecções dentro da própria base governista. Vamos destruir essa PEC 32", diz Erika Kokay

RACISMO NA AGENDA

Conferência de Durban alavancou as políticas afirmativas no país

"A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, em Durban, na África do Sul, em 2001, promove uma ruptura e um novo paradigma nas discussões globais em âmbito multilateral sobre a temática do racismo."

Quem afirma é o professor Richarlls Martins, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos da UFRJ e um dos integrantes das delegações oficiais do Brasil na Conferência Mundial de Revisão da Conferência de Durban de 2009, e na reunião de Alto Nível da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os 10 anos da Conferência de Durban, em 2011.

No núcleo onde atua na universidade, Richarlls coordenou o curso "Durban+20: racismo, reconhecimento, justiça e desenvolvimento" entre 2020 e 2021. E também foi o responsável pela Plataforma Durban+20 Brasil, que promoveu vários eventos em âmbito nacional sobre os 20 anos da III Conferência. Atualmente, ele é o coordenador executivo do Plano Fiocruz de Enfrentamento à Covid-19 nas Favelas.

Richarlls Martin integrou a delegação brasileira em Durban

O Brasil pós-Durban

Richarlls analisa as mudanças ocorridas no país inspiradas pela III Conferência de Durban.

"O Brasil é um caso significativo da utilização da Conferência de Durban dentro dos marcadores da legislação de um país. E os avanços são mais visíveis nas políticas afirmativas de educação", diz o especialista no tema.

Segundo ele, o Estado brasileiro já estava se comprometendo com a temática do enfrentamento ao racismo antes da Conferência. Não à toa, vai ser a maior delegação, com exceção do país-sede. "Chegamos a Durban com uma delegação muito emblemática, com uma participação intensa do governo e mobilização significativa dos movimentos negros, especialmente das mulheres negras, a ponto de assumirmos a relatoria geral da Conferência, com a ativista e pesquisadora do movimento negro Edna Roland. Quando [a delegação do] o Brasil retorna de Durban, encontra um contexto facilitador para implementação das ações advindas da Conferência."

"O Estado brasileiro estava muito aberto, muito em função do processo de mobilização dos movimentos negros, e ainda em 2002 é lançado o primeiro programa de políticas afirmativas para a carreira diplomática, com bolsas para a formação de pessoas negras que disputariam o Itamaraty. Em 2003, com o governo de Luís Inácio Lula da Silva, e [depois] Dilma Rousseff, vai haver uma ampliação de políticas afirmativas, em especial na Educação", destaca.

"A UFRJ", afirma Richarlls, "é um exemplo disso. Especialmente no que tange à ampliação do acesso ao ensino superior de pessoas negras. Haja vista a enorme discussão referente à permanência de estudantes. É inigualável que, em análise comparativa com 20 anos atrás, nós temos maior participação proporcional de pessoas negras nas universidades, e isso é um impacto da Conferência nas políticas nacionais de educação."

Há também, de acordo com o professor, exemplos significativos em outras áreas, como na Saúde (com a aprovação da Política Nacional de Saúde da População Negra, em 2009), o Estatuto de Igualdade Racial e as políticas afirmativas de reserva de vagas no setor público pelo componente racial.

Retrocessos

O professor Richarlls não tem dúvidas de que os retrocessos se aprofundam com a ascensão de Bolsonaro. "A temática racial perde relevância no âmbito do Executivo. Os exemplos são vários, e vão desde a perda da importância do Conselho Nacional de Igualdade Racial à perda de um ministério específico. A própria centralidade da Fundação Palmares e a exploração das terras quilombolas são exemplos muito significativos que dão o tom da temática racial no atual governo".

ALERTA GERAL

A pandemia é imprevisível e aglomerar é um perigo, reafirmam cientistas

Praia, feriadão, festa, futebol, viagens... Quem não gosta? O problema é que a pandemia do novo coronavírus ainda não acabou e muita gente está abusando da gradativa flexibilização que está ocorrendo devido ao avanço do número de vacinados contra a Covid-19. Segundo os especialistas, o coronavírus é imprevisível, e não está sendo levada em conta a possibilidade de surgimento de novas variantes. Por isso, recomendam que as pessoas se vacinem, usem máscara e mantenham o distanciamento social para que haja o efetivo controle da pandemia.

Especialistas alertam para a necessidade de todos se vacinarem, manterem a rotina de higienização das mãos e o distanciamento social

O virologista e professor do Instituto de Microbiologia da UFRJ, Davis Ferreira – um dos pesquisadores que integra o Grupo de Trabalho (GT) Multidisciplinar sobre a Covid-19 e a equipe do Plano de Contingência da universidade –, explica que, "apesar da diminuição no número de óbitos, é preciso lembrar que isso se deve principalmente à vacinação".

E faz o alerta: "A principal variante circulando no Estado, denominada Delta, é mais transmissível do que as variantes anteriores. Portanto, é importante entender que temos que observar a doença e a transmissão de forma separada. Mesmo que observemos uma quantidade menor de pessoas hospitalizadas, ainda temos um grande número de pessoas transmitindo o vírus, embora assintomáticos".

Segundo o especialista, "isso significa que quanto mais relaxarmos no uso de máscaras faciais, higienização das mãos e distanciamento, maior a probabilidade de levarmos o vírus a pessoas que, por alguma razão, estão mais vulneráveis e podem evoluir para a forma grave da Covid-19 e ir a óbito".

Ele faz questão de frisar que não é contra o retorno presencial, mas "desde que as regras estabelecidas pelo Manual de Biossegurança da UFRJ sejam mantidas".

A pandemia, acrescentou Davis Ferreira, é uma situação muito fluida e pode mudar a qualquer momento, caso haja a introdução de nova variante. "Enquanto esperamos pelo melhor, continuemos a adotar cuidados, nos protegendo e protegendo os nossos vulneráveis. Em caso de aglomerações, estas devem acontecer com restrições, para minimizar os riscos. Não, a pandemia ainda não terminou, mas quem sabe veremos a luz no fim do túnel? Vamos ter um pouco mais de paciência", concluiu Davis Ferreira.

Em depoimento à BBC News, na segunda-feira, 27 de setembro, o pesquisador da Fiocruz Leonardo Bastos disse: "Vimos (com a vacinação) uma redução consistente nos casos e nos óbitos (em consequência da Covid-19). Agora, não temos certeza se esse patamar será aceitável ou ainda estaremos com muitas hospitalizações e mortes por infecções respiratórias todos os dias".

Chebabo e Tanuri

Outros dois cientistas da UFRJ – Alberto Chebabo e Amilcar Tanuri –, em recente entrevista ao Jornal do Sintufrj, seguem na mesma linha de alerta sobre a necessidade de manter todos os cuidados recomendados pelas autoridades sanitárias.

Assim como Davis Ferreira, eles integram o Grupo de Trabalho Multidisciplinar da UFRJ sobre a Covid-19, criado logo no início da pandemia com a missão de abastecer com informações e orientações sobre o novo coronavírus a comunidade universitária e a sociedade em geral.